



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA PAULA GONÇALVES DOS SANTOS

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL: Uma análise sobre o conhecimento e acesso que população de Esperança-
PB tem sobre o Portal da Transparência do seu município.**

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

ANA PAULA GONÇALVES DOS SANTOS

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL: Uma análise sobre o conhecimento e acesso que população de Esperança-
PB tem sobre o Portal da Transparência do seu município.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-
TCC-apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) III - Gestão Municipal,
semestre 2015.1.

Orientadora: Profa. Ma. Maria José Cordeiro de Lima

**CAMPINA GRANDE - PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237t Santos, Ana Paula Gonçalves dos
Transparência e acesso à informação na gestão pública municipal [manuscrito] : uma análise sobre o conhecimento e acesso que a população de Esperança-PB tem sobre o Portal da Transparência do seu município. / Ana Paula Gonçalves dos Santos. - 2015.
23 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.
"Orientação: Profa. Maria José Cordeiro de Lima, SEAD".
1.Portais da transparência pública. 2.Cidadãos. 3.Gastos públicos. 4.Fiscalização. I. Título.

21. ed. CDD 354.81

ANA PAULA GONÇALVES DOS SANTOS

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL: Uma análise sobre o conhecimento e acesso que população de Esperança-
PB tem sobre o Portal da Transparência do seu município.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) III - Gestão Municipal,
semestre 2015.1.

Aprovada em: 04/07/2015.

BANCA EXAMINADORA

Maria José Cordeiro de Lima.

Profa. M^a. Maria José Cordeiro de Lima
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Manuela Eugênio Maia

Profa. M^a. Manuela Eugênio Maia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kaline Di Pace Nunes

Profa. M^a. Kaline Di Pace Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico a Deus pela força e inspiração, a meu esposo, pelo incentivo e compreensão, aos meus pais e minhas irmãs, que sempre acreditaram na minha capacidade e determinação, aos meus amigos e familiares, que sempre orgulhosos por esta conquista, incentivando-me a sempre caminhar na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus** que permitiu que tudo isso acontecesse, me proporcionando saúde e força nas dificuldades enfrentadas durante o curso.

A **Universidade Estadual da Paraíba**, pela oportunidade de realização do curso.

À Coordenadora do curso de Bacharelado em Administração Pública, **Jacqueline Echeverria**, pelo seu empenho em me ajudar sempre que precisei.

À **Profa. Ma. Maria José Cordeiro de Lima**, pela orientação, apoio e confiança.

À **Lívia Maria**, minha tutora, que sempre esteve em todos os momentos me ajudando no decorrer do curso.

Agradeço a todos os **professores** por ter me proporcionado conhecimento, incentivo e empenho. Serei eternamente grata a todos.

Ao meu **esposo**, pelo o apoio e companheirismo.

Aos **meus pais**, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas fizeram o possível para me dar educação necessária.

As **minhas irmãs, amigos e amigas**, que sempre me deram apoio e incentivo nas horas de desânimo e cansaço.

Obrigada, a todos os **companheiros de curso** que fizeram parte da minha formação, pelos momentos de amizade e apoio, que com certeza, vão continuar presentes em minha vida.

O Estado deve garantir o direito de acesso à informação de forma objetiva, clara e com uma linguagem de fácil compreensão, garantindo a autenticidade, ou seja, a qualidade da informação produzida e a integridade que é o direito de receber a informação sem modificação. (CARPES; BIANCO, 2013)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	9
2.2	CONTROLE SOCIAL.....	10
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	14
4.2	CONHECIMENTO E ACESSO À INFORMAÇÃO.....	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS	22

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Uma análise sobre o conhecimento e acesso que a população de Esperança-PB tem sobre o Portal da Transparência do seu município.

SANTOS, Ana Paula Gonçalves dos¹

LIMA, Maria José Cordeiro de²

RESUMO

Os Portais da Transparência Pública foram criados para promover aos cidadãos o direito de fiscalizarem os gastos públicos do seu município, mas nem todos os cidadãos têm conhecimento sobre a existência do Portal da Transparência do seu município. Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de analisar se a população de Esperança-PB tem conhecimento e acesso ao Portal da Transparência do seu município, verificando o conhecimento da população sobre o Portal da Transparência, observando o quanto a população conhece e acessa o Portal, buscando a eficiência e fiscalização da população nos gastos públicos do seu município. Em termos metodológicos a pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva, onde foram aplicados questionários com perguntas fechadas direcionados a 30 moradores da cidade de Esperança - PB. Os resultados do estudo apontam que a maioria dos respondentes 63% são do sexo feminino, 57% têm de 18 a 30 anos de idade, 40 % tem ensino superior incompleto, e que 50% dos respondentes diz ter conhecimento sobre o Portal da Transparência do seu município e 67 % tem conhecimento e não acessam o Portal da Transparência. O estudo mostra que a maioria tem conhecimento sobre a existência do Portal da Transparência, e que muitos conhecem e não acessam o Portal.

Palavras-chave: Portais da Transparência Pública. Cidadãos. Gastos Públicos. Fiscalização.

¹ Graduanda do Curso de Administração Pública - UEPB

² Professora do Curso de Administração pública (EAD) e de Arquivologia da UEPB. Mestre em Biblioteconomia- Ciência da Informação pela UFPB.

1 INTRODUÇÃO

Com a inovação da tecnologia no setor público o acesso às informações está mais acessível aos cidadãos brasileiros. A ferramenta utilizada para tais informações é a internet, onde são disponibilizados os Portais da transparência das prefeituras.

De acordo com Martins (2011, p.233).

O direito de acesso à informação é um direito humano fundamental para a vida em sociedades democráticas. A base deste direito é o princípio de que a autoridade pública é delegada pelo eleitor e sustentada pelo contribuinte, portanto o público deve ter o direito de saber como o poder está sendo usado e como o dinheiro está sendo gasto.

Os Portais de transparência foram criados para promover o acesso ao cidadão para a fiscalização dos recursos gastos nos municípios. As prefeituras tem o dever de informar sobre os gastos do dinheiro público. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e 49, as prefeituras devem incentivar a participação popular na discussão de planos e orçamentos.

O estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública. Segundo Evangelista (2010, p.7) “Em função da transparência que deve permear a gestão pública, conforme princípio inserto na legislação infraconstitucional, os gestores públicos nacionais devem informar à sociedade sobre os resultados de suas ações em prol da própria sociedade”.

A ampliação da divulgação das ações governamentais aos cidadãos brasileiros contribui para o fortalecimento da democracia, prestígio e desenvolve as noções de cidadania. As Páginas de Transparência Pública dão continuidade às ações dos Gestores Municipais voltadas para o incremento da transparência e do controle social, com objetivo de divulgar as despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública informando sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, etc.

Portanto, o objetivo do presente estudo é analisar se a população de Esperança -PB tem conhecimento e acesso ao Portal da Transparência do seu município, para que possa contribuir para a conscientização da importância da participação da sociedade na Administração Pública no controle social e no combate à corrupção.

Este artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução, a primeira fundamenta teoricamente esta pesquisa apresentando a Transparência Pública e o Controle

Social, apresentando os seus conceitos e fundamentos. Em segundo, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente estudo. Posteriormente, apresentar-se-ão os resultados da atual pesquisa, onde será identificado o perfil sócio demográfico e o grau de conhecimento e acesso que a população da cidade de Esperança-PB tem do Portal de Transparência do seu município. Por último, apresenta as considerações finais acerca do presente trabalho, onde houve a verificação da importância do conhecimento e acesso à informação da população referente ao Portal de Transparência do município de Esperança-PB, conscientizando a população sobre a participação popular no controle social na fiscalização dos gastos públicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A preocupação com transparência na gestão pública remonta há meio século, com a implementação da administração pública gerencial na Inglaterra. (CRUZ, et al., 2012, p.156). O acesso à rede mundial de computadores, a internet, é uma ferramenta de grande valia para a utilização dos portais de transparência dos municípios brasileiros, onde o cidadão pode acessar em tempo real, a veracidade dos gastos públicos do seu município. Segundo Ribeiro et al., (2011, p. 161) É, portanto, responsabilidade da Administração Pública Municipal oferecer ao cidadão a melhor experiência possível de acesso ao governo eletrônico.

De acordo com Crantschaninov et al., (2011, p.78) O acesso à informação constitui uma das garantias de que a melhor escolha esteja sendo tomada e a responsabilização pelas ações do setor público é realizada de maneira correta.

A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) previu a possibilidade de divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, ao determinar que a esses instrumentos será dada ampla divulgação em meio eletrônico de acesso público. (CRUZ, et al., 2012, p.158).

Conforme Carneiro e Gambarini (2012, p. 72).

O poder público deve estimular a participação social e tem o dever de informar a sociedade sobre os atos e as contas públicas. Para o alcance da necessária transparência fiscal pública, diversos mecanismos foram instituídos pela LRF, entre eles: a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos já referidos (artigo 48, parágrafo único); a disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício para a consulta e apreciação pelos

cidadãos e instituições da sociedade; a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

De acordo com Campos, Costa e Santos (2011). “A transparência é carregada de atributos e transpassa vários mecanismos, mas, pode-se entender a transparência como o pensar-agir internalizado do gestor público”. A transparência está relacionada com um dos princípios da Administração Pública que é o princípio da publicidade. Para maior efetivação da transparência pública as contas públicas devem ser divulgadas com acesso compreensível ao cidadão, com estímulo a participação popular na efetivação dos gastos públicos.

Crantschaninov *et al*, (2011) citado por Dias (2008) aponta que a transparência na administração pública reduz a separação entre governo e sociedade e promove maior convergência entre decisões do governo e demandas sociais, um dos objetivos dos conselhos de políticas públicas.

Segundo Rausch e Soares (2010, p. 25).

Os recursos públicos sejam financeiros, humanos ou de outra natureza, devem ser utilizados para desenvolver políticas públicas adequadas às necessidades dos cidadãos. Segundo a Constituição Federal, a Administração Pública deve atender aos princípios expressos no artigo 37 (da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

De acordo com Carneiro e Ganbarini (2012) “Quanto à responsabilidade, esta é o dever maior de qualquer gestor, arrecadar o máximo permitido em lei e só gastar até o limite de sua receita obedecendo aos parâmetros fixados por lei”. A transparência Pública como um Princípio Democrático tem o dever de transparecer as informações de forma clara para a população, a fim de alcançar a efetiva participação popular. (MOURA; OLIVEIRA, 2013).

2.2 CONTROLE SOCIAL

O controle social é a participação dos cidadãos na fiscalização da Administração Pública. Aumentar o controle social e a responsabilidade dos gestores municipais é continuar buscando maior transparência das contas públicas. Manter o incentivo a participação popular nas audiências públicas municipais é manter o gestor e a sociedade em harmonia.

A constituição brasileira afirma a participação popular na forma de controle social em todas as esferas do governo: União, Distrito Federal, estados e municípios.

A partir do pressuposto a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 74, § 2º, estabelece:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Para Crantschaninov *et al*, (2011) citado por Przeworski (1998) prenuncia que um governo tem maior permeabilidade à medida que seus cidadãos obtêm informações a respeito de seu funcionamento, a fim de realizarem avaliações e, a partir das avaliações, organizarem suas ações.

De acordo com o Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão.

A participação ativa do cidadão no controle social pressupõe a transparência das ações governamentais. Para tanto, é fundamental que se construa uma gestão pública que privilegie a relação governo-sociedade baseada na troca de informações e na responsabilização das ações entre o governo e o cidadão. O governo deve propiciar ao cidadão a possibilidade de entender os mecanismos de gestão, para que ele possa influenciar no processo de tomada de decisões. O acesso do cidadão à informação simples e compreensível é o ponto de partida para uma maior transparência. (2010, p.26)

Ainda, de acordo com Rausch e Soares (2010, p. 33).

O cidadão tornar-se o verdadeiro fiscal da aplicação dos recursos públicos, principalmente no que diz respeito à sua comunidade. Por esse motivo, acredita-se na importância de a sociedade civil se organizar em grupos com afinidades e interesses em comum, pois assim, compartilhando as informações, é muito mais fácil chegar à compreensão. A falta de informação e a manipulação da opinião pública contribuem para aumentar os níveis de corrupção.

A democracia é uma importante forma de combate à corrupção no setor público brasileiro. As informações e o espaço público, quando colocados à disposição da sociedade, passam a ter o papel de intermediação e facilitar os mecanismos de controle social. (RAUSCH; SOARES, 2010).

A população deve sempre buscar as informações precisas para o melhor desenvolvimento do seu município a fim de fiscalizar as ações de seus gestores.

De acordo com o Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão.

Para que haja maior estímulo ao Controle Social nos municípios, é importante que cada Prefeitura:

- ✓ Divulgue as informações acerca dos gastos dos recursos públicos;
- ✓ Crie espaços para a participação popular na busca de soluções para problemas na gestão pública, construindo canais de comunicação entre ela e os cidadãos;
- ✓ Incentive o funcionamento regular dos Conselhos;
- ✓ Disponibilize estrutura física e outros recursos para atuação dos conselhos, como computador, telefone, impressora, mesas, cadeiras;
- ✓ Promova capacitação de conselheiros de políticas públicas;
- ✓ Modernize os processos administrativos para facilitar a fiscalização e o controle por parte dos cidadãos;
- ✓ Simplifique a estrutura de apresentação do orçamento público, aumentando, assim, a transparência do processo orçamentário;
- ✓ Identifique a existência de mecanismos formais destinados a fomentar a participação de segmentos sociais organizados no processo de avaliação de resultados das ações governamentais; e
- ✓ Disponibilize acervo técnico/bibliográfico relacionado ao tema de Controle Social aos cidadãos. (2010, p. 27 e 28)

O controle social é a forma mais abrangente e efetiva de se exercer a fiscalização no sentido de que os recursos públicos sejam aplicados corretamente em benefício da sociedade. A Administração Pública vem abrangendo este espaço para os cidadãos brasileiros. O conhecimento dos cidadãos destes recursos é de fundamental importância para uma gestão efetiva, participativa e para o combate a corrupção.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória. A descritiva que segundo Gil (2002, p.42), tem como objetivo primordial “a descrição das características

de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Já a pesquisa exploratória, de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p.190)

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problemas, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para obtenção de observações empíricas ou para análise dos dados (ou ambas, simultaneamente).

Heerdt (2009), ainda complementa que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a entendê-lo. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

. A abordagem escolhida foi a quantiquantitativa que é a fusão da abordagem quantitativa e da qualitativa. Marconi e Lakatos (2008, p.189) assim aponta tal pesquisa.

Consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para verificações de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.

Para realização da pesquisa utilizou-se um questionário estruturado com perguntas fechadas abordando os aspectos relacionados acerca do conhecimento da população da cidade de Esperança – PB referente ao Portal de Transparência do seu município. A coleta de dados foi realizada em 23/01/2015 à 24/01/2015 com 30 moradores da cidade de Esperança – PB, onde a população atual é de 31,095 habitantes. Na amostra verificou-se o perfil sócio demográfico dos participantes e uma análise sobre o grau de conhecimento e acesso à informação sobre o Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança – PB.

As variáveis utilizadas foram com base nos autores RAUSCH e SOARES (2010), CHANTSCHANINOV (2011), CARNEIRO e GANBARINI (2012).

Após a aplicação do questionário, que foi gerenciado através do formulário eletrônico do Google Forms, realizou-se a análise dos dados através do Google Forms e utilizou-se o excel para elaboração dos gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.

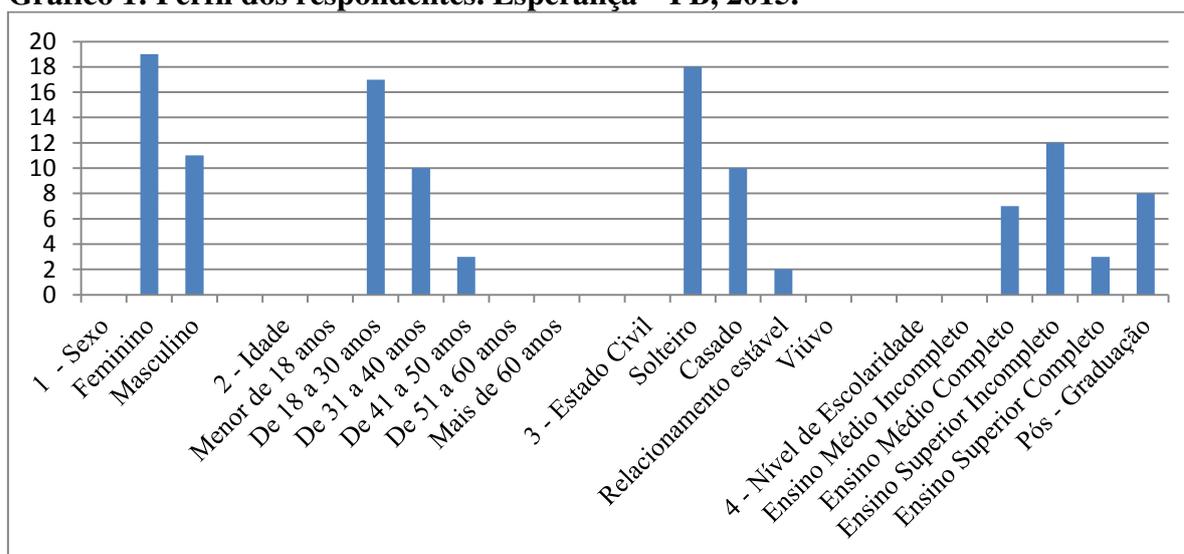
No gráfico 1, encontra-se o perfil sócio demográfico dos respondentes da pesquisa da cidade de Esperança – PB.

Buscou-se identificar qual sexo, idade, estado civil e nível de escolaridade os respondentes da pesquisa apresentam conhecimento e acesso sobre a Transparência Pública do seu município, pois de acordo com o perfil sócio demográfico dos respondentes, pode-se identificar o nível de instrução que as pessoas têm sobre o tema relacionado no presente trabalho.

Sendo assim, Dentre as 30 pessoas participantes 19 (63%) eram do sexo feminino e 11 (37%) do sexo masculino. Verificou-se, que a maioria dos participantes era de jovens com faixa etária compreendida, 17 (57%), entre 18 a 30 anos. Em relação ao estado civil 18 (60%) dos participantes são solteiros, 10 (33%) são casados e 2 (7%) têm um relacionamento estável. Sobre o nível de escolaridade dos participantes, 12 (40%) têm o ensino superior incompleto, 8 (27%) têm pós-graduação e 7 (23%)o ensino médio.

Percebe-se que, a maioria das pessoas participantes são mulheres jovens, solteiras que possuem o ensino superior incompleto.

Gráfico 1: Perfil dos respondentes. Esperança – PB, 2015.



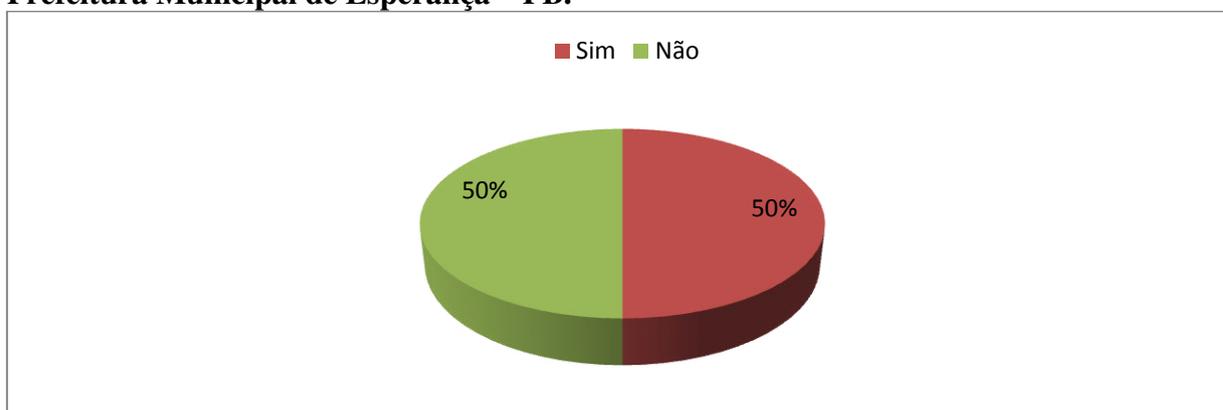
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

4.2 CONHECIMENTO E ACESSO À INFORMAÇÃO.

A partir do Gráfico 2, atribuiu-se perguntas para análise sobre Transparência e acesso à informação na Gestão Pública Municipal. Caracterizada com elementos para avaliar o grau de conhecimento e acesso à informação dos participantes sobre o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança – PB. Esta questão visou observar o conhecimento da população esperancense em relação à existência do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança-PB, e tem grande representatividade nos resultados, pois mostra como a população esta informada sobre a importância da Transparência Pública na Gestão Municipal.

O Gráfico, ainda mostra, que das pessoas participantes, 15 (50%) dizem sim e 15 (50%) dizem não ter conhecimento sobre o Portal da Transparência do seu município. Observa-se que, um número considerável de pessoas encontra-se informada sobre a existência do Portal, considerando que a metade das pessoas respondentes da pesquisa tem conhecimento. Mostrando um percentual relevante.

Gráfico 2: Conhecimento dos participantes sobre o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Gráfico 3, quando questionado aos participantes se eles tendo conhecimento acessam o Portal. Verificou-se que, 10 (33%) dos participantes acessam ao Portal da Transparência e que 20 (67 %) não acessam o Portal. Neste questionamento pode-se observar que, a maioria tem conhecimento sobre o Portal, mas não tem nenhum interesse em acessá-lo.

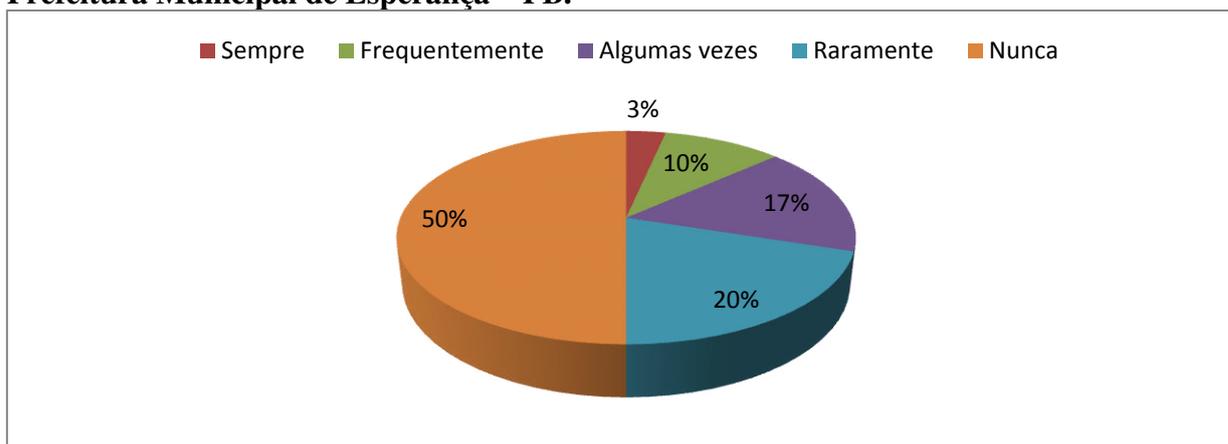
Gráfico 3: Acesso dos participantes ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Com o Gráfico 4, observa-se que, quando questionado sobre a frequência de acesso dos participantes ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança- PB. A metade dos participantes 15 (50%) nunca acessam o Portal da Transparência, e 6 (20%) raramente acessam o Portal. Pode-se observar que, o desinteresse em acessar o Portal é muito alto, com frequência mínima de acesso constante (3% sempre e 10% frequentemente). Predominando o não acesso ao portal em tela.

Gráfico 4: Frequência de acesso dos participantes ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança – PB.

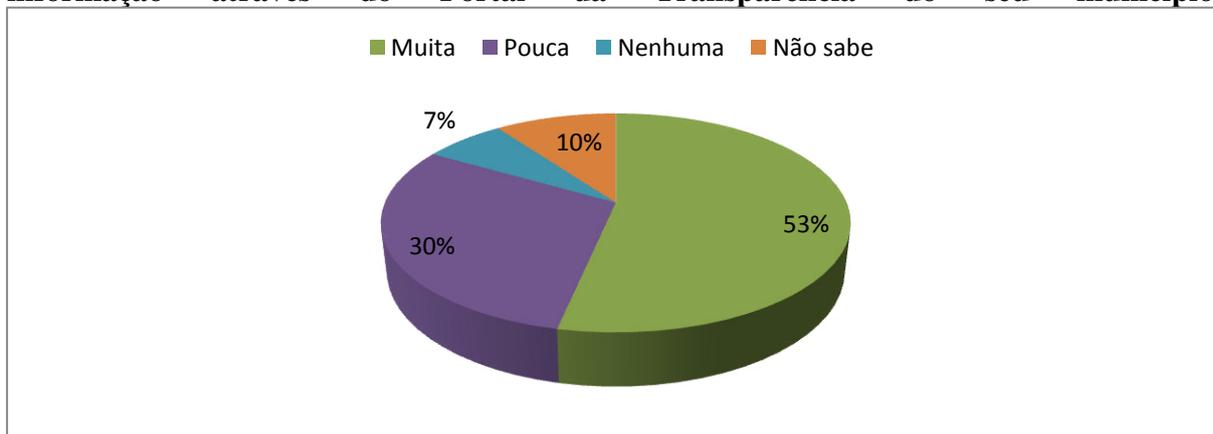


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quando questionado, no Gráfico 5, sobre a importância do acesso à informação através do Portal da Transparência do município de Esperança –PB. Observa-se que, 16 (53%) dos participantes dão muita importância ao acesso à informação através do Portal da Transparência do seu município, e que, 9 (30%) dão pouca importância. Demonstra o quanto a população dá importância ao Portal da Transparência, mas com um grau significativo de

pouca importância. Apesar do reconhecimento da importância ainda é muito pequeno o índice de acesso.

Gráfico 5: A importância que a população de Esperança – PB dar ao acesso à informação através do Portal da Transparência do seu município.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Gráfico 6, a pergunta visou verificar se a população sabe o que é Controle Social. Este questionamento é importante para avaliar se a população está informada dos seus direitos como fiscalizador das contas públicas. Podendo contribuir para o combate à corrupção, onde exerce os seus direitos como cidadãos. Diante do questionamento, verificou-se que, 19 (63%) dos participantes responderam sim, e 11 (37%) responderam que não sabem o que é Controle Social.

Gráfico 6: Conhecimento dos participantes sobre o que é Controle Social.

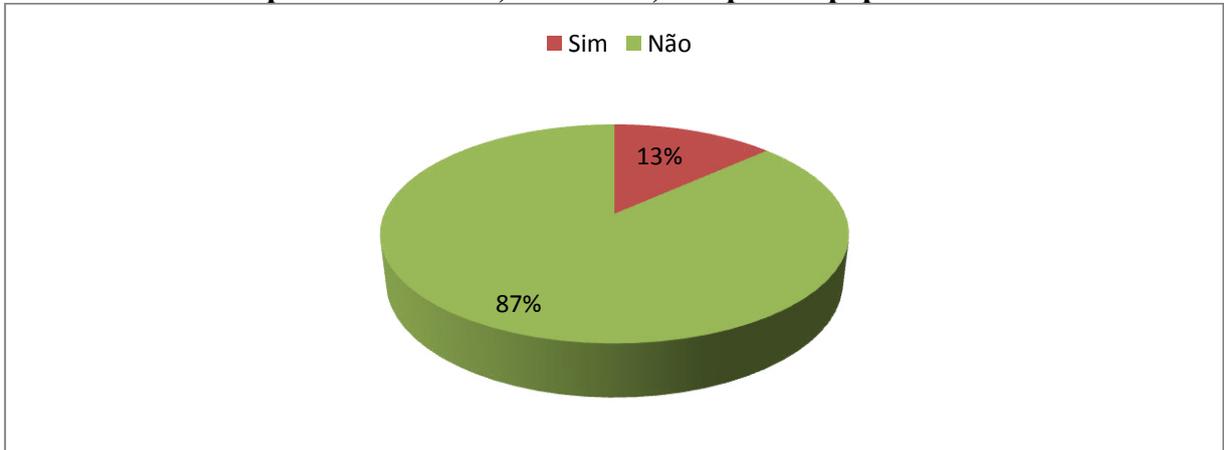


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Gráfico 7, mostra que, quando questionado sobre o cumprimento da Transparência Pública, 26 (87%), dos participantes dizem que a Transparência Pública não cumpriu com o

seu papel, e que, 4 (13%) dizem que sim. Observa-se que, há uma grande insatisfação da população em relação à transparência Pública.

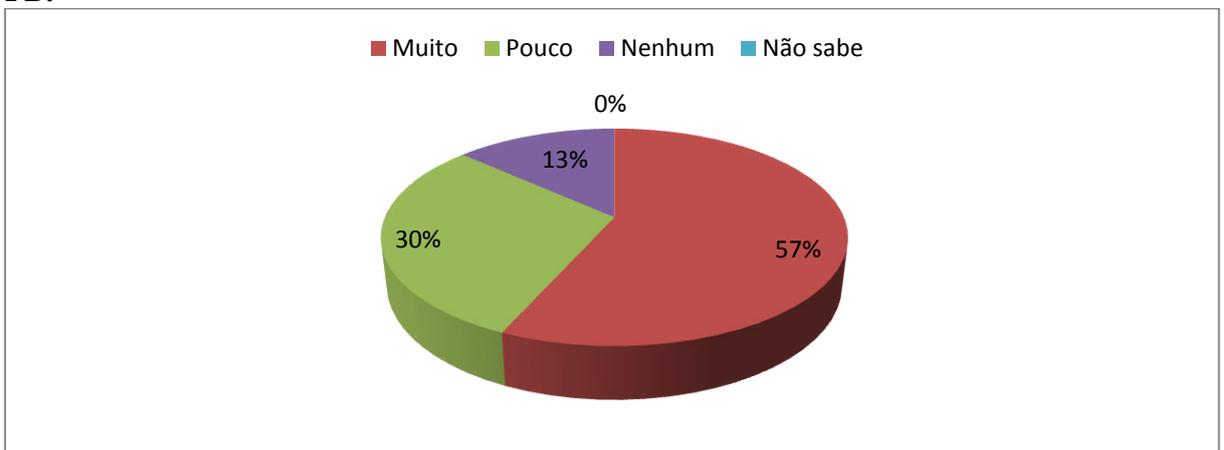
Gráfico 7: A Transparência Pública, realmente, cumpri seu papel.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Gráfico 8, apresenta uma questão que tem grande importância para o estudo, pois através desse questionamento, pode-se observar o grau de importância que a população dar a fiscalização dos gastos públicos. Nele mostra-se que, 17 (57%) tem muito interesse em fiscalizar as despesas do seu município, e que, 9 (30%) tem pouco interesse, e 4 (13%) não tem nenhum interesse na fiscalização dos gastos dos seu município. Contudo, a fiscalização das despesas públicas é relativamente importante no ponto de vista da população esperancense. Sendo de iniciativa positiva para uma gestão transparente.

Gráfico 8: Interesse da população em fiscalizar as despesas do município de Esperança – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Gráfico 9, evidencia o quanto a população acha importante fiscalizar o Poder Executivo do seu município. Dentre as 30 pessoas participantes, todas as 30 (100 %) responderam sim.

Gráfico 9: A importância que a população dar a fiscalização do Poder Executivo do seu município.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Portanto, mostra-se que a população esperancense está empenhada no alcance da boa gestão municipal. Com efetiva contribuição para o combate à corrupção. A questão possibilitou observar o interesse que a população tem com os gastos públicos do seu município. Mostrando que, todos estão empenhados quanto à fiscalização dos gastos públicos do seu município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa oportunizou compreender a importância da transparência pública na gestão municipal, através do Portal da Transparência da cidade de Esperança na Paraíba. Todavia, foi possível observar o desinteresse do cidadão da cidade em tê-la em relação ao acesso as informações contidas no Portal do município. Em sua maioria a população tem conhecimento sobre tal ferramenta, mas o desinteresse de acesso a tais informações que o Portal apresenta, mostra-se, expressamente relevante.

O Controle Social como forma de fiscalização das despesas públicas precisa ser bem visto pelos cidadãos, para a melhoria e combate a corrupção. Pois, cidadãos bem informados sobre as despesas do seu município serão sempre um agente fiscalizador do dinheiro público, contribuindo para o melhoramento do seu município.

Assim, a participação popular no acesso as informações contidas no Portal da Transparência do seu município é o principal canal de inclusão para que se possa combater a corrupção e contribuir para ações a favor da sociedade local. Portanto, a Transparência Pública precisa ser efetiva no que diz respeito ao acesso as informações contidas no Portal da Transparência, para que os cidadãos possam ter melhor acesso a elas no que tange os gastos públicos do seu município.

A conclusão possibilitada e revelada por esta investigação é que a população esperancense mesmo considerando importante a fiscalização do Poder Executivo do seu município e tendo conhecimento do que seja controle social, ainda demonstra pouco interesse de acesso ao Portal da Transparência do seu município, mesmo tendo conhecimento sobre a existência do mesmo. Resta o grande desafio de conscientizar a população de Esperança-PB, que o controle social é a mais importante ferramenta no combate a corrupção e fiscalização dos gastos públicos, que com participação popular efetiva, todos possam contribuir para o melhor desenvolvimento do seu município.

Recomenda-se que o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Esperança-PB possa ser divulgado em locais públicos e nos meios de comunicações do município para que a população possa ter maior conhecimento sobre a existência do Portal. Ademais, sugere-se que além da divulgação a população possa ser instruída para melhor entendimento das informações contidas no Portal da Transparência, ressaltando a importância do controle social na eficiência da gestão pública municipal.

Espera-se que as questões apresentadas possam ser, não só reveladoras, mas sobre tudo, um passo na contribuição dos estudos concernentes ao campo da gestão pública e que possa ser somado às futuras pesquisas na área.

TRANSPARENCY AND ACCESS TO INFORMATION IN MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT : An analysis of the knowledge and access to population Hope -PB has on at your community Transparency Portal .

ABSTRACT

Portals Public Transparency was created to promote citizens the right to oversee public spending of your municipality, but not all citizens are aware of the existence of the Transparency Portal of your municipality. In this sense, this article aims to analyze the population of Hope-PB has knowledge and access to their county Transparency Portal, checking people's knowledge about the Transparency Portal, watching as the people know who accesses the Portal , seeking efficiency and monitoring of the population in public spending of their municipality. Methodologically the research is characterized as descriptive, where questionnaires were applied with closed questions directed to 30 residents of the town of Hope - PB. The study results indicate that the majority of respondents 63% were female, 57% are 18-30 years old, 40% have incomplete higher education, and that 50% of respondents said to have knowledge of the Transparency Portal of their municipality and 67% aware and do not access the Transparency Portal. The study shows that most have knowledge of the existence of the Transparency Portal, and that many know and do not access the Portal.

Keywords: Portals Public Transparency. Citizens. Public spending. Surveillance.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. -- Atual. Até a Emenda Constitucional nº 57, de 18/12/2008.-- São Paulo: Editora Escala, 2009.

CARNEIRO, A.F.; GAMBARINI, L.C. Transparência Fiscal nos Municípios do Cone Sul de Rondônia. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 4, n. 2, p. 69-86, 2013.

CARPES, E.; BIANCO, C.M.D. ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Revista de Administração**, v. 11, n. 20, p. 49-69, 2014.

CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; MATHEUS, Ricardo; SILVA, Vinícius Félix da. Governança, acesso à informação e conselhos de políticas públicas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 2011.

CRUZ, Cláudia Ferreira; et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus Transparência Pública**: uma questão de cidadania. 2010. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Especialização em Orçamento Público) - Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal (SF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria-Geral da União (CGU), Brasília – DF.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ªed, 2002.

HEERDT, M. L. O Projeto de Pesquisa. Campo Grande Florianópolis. UNISUL – Curso de Graduação em Direito, 2009.

MANUAL DE INTEGRIDADE PÚBLICA E FORTALECIMENTO DA GESTÃO: Orientações para o Gestor Municipal / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. – 2ª ed. — Brasília: CGU, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Paula Ligia. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Revista Acervo**, v. 24, n. 1, p. 233-244, 2012.

MOURA, E.A.C.; OLIVEIRA, L.R. Controle social da administração pública, transparência administrativa e lei de acesso à informação. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2014. p. p. 53-58.

RAUSCH, R.B.; SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 3, p. 23-43, 2010.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; et al. Difusão da informação na administração pública. **TransInformação**, v. 23, n. 2, 2011.

SANTOS, J.C.; CAMPOS, E.S.; COSTA, A.J.B. O Poder Executivo Municipal Nos Portais De Transparência. In: **II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis-AdCont 2011**.